



1 **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social-SEDS/PR**  
2 **Secretaria Executiva dos Conselhos – SEC** Rua Jacy Loureiro de  
3 Campos, s/n – 6º Andar Bloco 'D' -  
4 **Palácio das Araucárias**  
5 **CEP 80530-915**  
6 **Curitiba - Paraná**



7  
8 **Assembleia Ordinária do**  
9 **Conselho Estadual de Assistência Social**  
10 **CEAS/PR 26/05/2015**

11  
12 Aos vinte e seis dias do mês de maio de 2015, às 8h 30 min. em primeira convocação, na sala  
13 de reuniões no 4ª da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL), sito  
14 no Palácio das Araucárias, à rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº Bairro Centro Cívico, em  
15 Curitiba-PR, foi dado início à Assembleia Ordinária do Conselho Estadual de assistência Social –  
16 CEAS/PR, para a qual os Conselheiros foram previamente convocados. No seu papel, o  
17 Conselheiro Presidente Leandro Nunes Meller - (SEDS) procedeu a abertura do evento,  
18 comunicando que a próxima chamada dar-se-ia às 9h00, visando o quórum regimental. Com o  
19 plenário composto no horário determinado, iniciou-se a auto apresentação dos conselheiros, a  
20 saber:- Marcela Evangelista (SEDS), Franciele Schimtz (SEDS – Escritório Regional), Marli Vaz  
21 Mussulini (SEDS), Iva Sandra Moraes(SEAB), Leandro Nunes Meller(SEDS), Andreia Gomes  
22 santos (CRESS – Regional de Paranaguá), Zilma Moraes Oliveira (Usuária – Regional de  
23 Maringá),Terezinha Maria Wolff (Sind. Dos Assistentes Sociais do Paraná – Regional de  
24 Paranavaí), Vanderlei Augusto da Silva ( Assoc. De Amigos da pastoral da Criança), Inês Roseli  
25 Tonello (APAE de Francisco Beltrão), Marta Maria dos Santos (Usuária – Regional de Cascavel),  
26 Jeferson Silva dos Santos (Centro de Apoio Social ao Adolescente de Apucarana), José Araújo  
27 da Silva (Pastoral da pessoa Idosa), Dionéia E. Maciel (CRESS- Regional de Guarapuava),  
28 Mileny Valério de Lima ( CRESS Regional de Jacarezinho) Marilene Faustino de Paiva Kronéis  
29 (SETI), Maria de Lourdes San Roman (SEDS) , Elenice Malzoni ( SEDS), Ricardo Vilarinho da  
30 Costa (Universidade Livre para Eficiência Humana) , Lorena Mylla Gonçalves ( COHAPAR), Artur  
31 dos Santos Andrade (Núcleo de Ação Solidária à AIDS – Foz do Iguaçu), Rubens Marcon  
32 (Recanto Espírita "Somos todos irmãos" - Regional de Maringá), Noemi Esther Brittes (SESA),  
33 Marcia Mazzarotto (COGEMAS-SEDS), Cíntia Beal Rush (SEPL), Leticia Reis (SEDS)- **Total:-**  
34 **26 Conselheiros.** Esclarecendo já de início, o Presidente Leandro Nunes Meller (SEDS)  
35 apontou que a Assembleia Ordinária de junho foi antecipada para essa data, em decorrência  
36 de demandas consideradas urgentes. Registrou o agradecimento penhorado dirigido à  
37 Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, por disponibilizar a Sala de  
38 Situação que tão bem acolhe a todos, bem como agradeceu também a presença de todos que,  
39 mesmo em razão da reunião ampliada em Foz do iguaçu, tem nessa data uma participação  
40 ampla dedicada à Política de Assistência Social no Paraná. Avaliou que essa Assembleia teria  
41 pautas com prazos limitados, para análise e deliberação. Desejou consignar um agradecimento  
42 especial ao Conselheiro Artur dos Santos , o principal artífice do belo evento realizado em Foz  
43 do Iguaçu. Conciliador dos diversos contatos realizados, efetuou diversas buscas proveitosas e  
44 produtivas, que culminaram no completo êxito obtido na reunião descentralizada do CEAS, em  
45 maio último. Os municípios que lá se fizeram presentes, assimilaram importantes informações  
46 a serem repassadas aos Conselhos Municipais, referentes às Conferências no ano de 2015. Em  
47 nome da SEDS e da Secretária Fernanda Richa, esses agradecimentos foram renovados. A  
48 palavra foi repassada para a Vice-presidente Inês Roseli Tonello (APAE de Francisco Beltrão),  
49 que a todos saudou, manifestando a sua satisfação por verificar que o plenário tinha todos os  
50 seus espaços ocupados, antevendo momentos importantes de relevantes discussões. Saudou  
51 ainda os Assistentes Sociais que comemoraram o seu dia. Lá na ponta está o ser humano, que  
52 precisa ser atendido. Registrada a chegada da Dra Danielle Vieira(Núcleo Jurídico da SEDS) e  
53 Sra Arlete C. Kubota( CEVIG – Tribunal de Justiça) **ºApreciação da pauta – Inclusões.** 1-  
54 Conselheiro José Araújo da silva (Pastoral da Pessoa Idosa) – Solicitou uma avaliação conjunta  
55 da Reunião Descentralizada de Foz do Iguaçu. 2- Conselheira Inês Roseli – a pedido, incluir  
56 uma apresentação do trabalho – Conselho de Juízes. 3- Conselheiro Leandro –  
57 Encaminhamento de ofício aos suplentes que ainda não providenciaram o cartão corporativo.

58 4- Encaminhamento de consulta ao Núcleo Jurídico, com referência à ausência do conselheiros  
59 Titulares quando o Suplente encontra-se presente. 5- A pedido, a Comissão da Conferência  
60 poderá reunir-se à tarde. **° Aprovadas as inserções. ° Apreciação da Ata referente à**  
61 **Assembleia Ordinária de maio/2015 – Aprovada Informes da secretaria Executiva –**  
62 **Helena Navarro Gimenez** – ° Em 08/05/15, recebido o ofício nº 022/2015, procedente da  
63 Prefeitura de Espigão Alto do Iguçu, em resposta ao Ofício 051/2015/CEAS. ° Em 08/05/2015,  
64 recebido o ofício nº 08/2015/SE/CNAS/MDS, em resposta ao ofício nº 022/2015 do CEAS/R. °  
65 Em 08/05/2015 recebido o Ofício nº 005/2015, vindo da Prefeitura de São Miguel do Iguçu, em  
66 resposta ao ofício nº 072/2015/CEAS. ° Em 08/05/15, recebido o ofício nº 149/2015,  
67 procedente do SMAS de Santa Maria do Oeste, em resposta ao ofício 058/2015 do CEAS/PR. °  
68 Em 08/05/15, recebido o ofício nº 01/2015, do CMAS de Formosa do Oeste, em resposta ao  
69 Ofício nº 078/2015 do CEAS/PR. ° Em 19/05/15, recebido o ofício nº 04/2015, procedente do  
70 CMAS de Assis Chateaubriand, em resposta ao ofício nº 077/2015 do CEAS/PR. ° Em  
71 19/05/15, recebido o ofício nº 001/2015, procedente do CMAS de Tupãssi, em resposta ao  
72 ofício nº 082/2015 do CEAS/PR. ° Em 19/05/15, recebido o ofício nº 01/2015, procedente do  
73 CMAS de Maripá, em resposta ao ofício nº 079/2015 do CEAS/PR. ° Em 19/05/15, recebido o  
74 ofício nº 003/2015, procedente do CMAS de Guaíra, em resposta ao ofício nº 084/2015 do  
75 CEAS/PR. ° Em 21/05/15, recebido o ofício nº 001/2015, procedente do CMAS de  
76 Itaipulândia, em resposta ao ofício nº 067/2015 do CEAS/PR. **° Justificativas de ausência.** °  
77 No dia 19/05/2015, o Conselheiro Denis Cesar Musial (CRESS – Regional de Irati), justificou a  
78 sua ausência, por conta de compromissos de trabalho, informando que a sua Suplente  
79 comparecerá. ° No dia 15/05, o Conselheiro Paulo Silvério Pereira (APAE DE Ibiporã – Regional  
80 Londrina) encaminhou justificativa de ausência, informando que seu suplente se fará presente.  
81 ° A Conselheira Silvana Hertz de Oliveira encaminhou justificativa de ausência, informando que  
82 sua suplente comparecerá. ° A nova representante titular da SEAB, Conselheira Iva Sandra  
83 Ferreira de Moraes, Justificou sua ausência e a da sua suplente nos trabalhos das Comissões. °  
84 O Conselheiro José Araújo da Silva, conselheiro do CEAS/PR e também Presidente do CEDI/PR  
85 enviou sua justificativa de ausência na última reunião da CIB ( 05/05/15), por conta de  
86 compromissos assumidos anteriormente. **° Registrada a chegada da Conselheira Dulce**  
87 **Darolt(SEJU)** ° Recebida a justificativa de ausência da Conselheira Evandra Correia de  
88 Oliveira – CRESS Regional de Campo Mourão). No momento seguinte, o Conselheiro Presidente  
89 Leandro Nunes Meller compartilhou com o plenário a ocasião especial na qual se recebia a  
90 visita da Assistente Social Arlete Campestrini Kubota, integrante da equipe técnica do Conselho  
91 de Supervisão dos Juízes da Infância e Juventude – CONSIG, acompanhada da técnica Uguete  
92 de Oliveira Carneiro. Com o almejo de se poder trabalhar em parceria, foi apresentado o Dr.  
93 Sérgio Kreuz como sendo o Coordenador Estadual dessas ações, ele que é da Comarca de  
94 Cascavel. A primeira delas foi a regionalização dos serviços de atendimento da Comarca da  
95 juventude. Comunicou a Sra Arlete que já foi realizado concurso do TJ para compor as equipes  
96 técnicas; a maior parte das Comarcas tem Assistente Social e psicólogos, assim o objetivo  
97 precípua é atender as Comarcas que não possuem equipes técnicas constituídas. Outra ação  
98 relevante é promover a adoção tardia, para crianças com idade superior a 11 anos, para a qual  
99 estão sendo elaborados projetos. Vale salientar que o primeiro passo dado foi o empenho do  
100 Tribunal de Justiça, bem como do próprio Dr. Sérgio Kreuz que se propões a visitar o Conselho,  
101 visando explanar o andamento desse projeto. Enalteceu o êxito desse projeto levado avante  
102 em Cascavel, hoje com mais de 200 crianças em família acolhedora. Agradecendo a  
103 participação das técnicas do Tribunal de Justiça, a Vice Presidente do CEAS/PR considerou  
104 oportuna a visita do Juiz Kreuz. Completou o Conselheiro Vanderlei (Pastoral da criança)  
105 pontuando que dada a importância do trabalho, essa apresentação fosse levada a efeito para  
106 todo o pleno, na sexta feira pela manhã. Novos agradecimentos vieram da parte do Presidente  
107 Leandro, comentando que tanto a PSE quanto a Superintendência da Assistência  
108 Social( Elenice e Maria de Lourdes) poderão entabular uma conversação com a equipe técnica  
109 do Tribunal de Justiça, objetivando um maior aprofundamento do assunto e trazer para o  
110 Conselho. Elenice Malzoni (PSE/SEDS) compartilhou que o TJ através do CONSIG visitaria a  
111 Comissão, onde seriam discutidas todas essas modalidades de atendimento do acolhimento  
112 institucional. Foi importante dizer que está previsto para novembro a capacitação. **°**  
113 **Apresentação da UPS – Cidadania – Conselheira Dulce Darolt.** De início foi apresentada  
114 ao plenário a advogada Sílvia Cristina Barbosa Xavier que doravante exercerá a Suplência na

115 representação da SEJU, nesse Colegiado. Com ela, a Sra Maria Gorete Brotti (Coordenação),  
116 Frisando cidadania e vulnerabilidade. O UPS – Cidadania foi criado em 24/05/2013, através do  
117 Decreto Estadual nº 8306; como apoio em comunidades consideradas vulneráveis. As unidades  
118 foram instaladas em 04 municípios paranaenses que necessitavam de ações de cidadania,  
119 elencadas a partir de indicadores fornecidos pela Polícia Militar, com atuação bem próxima da  
120 comunidade. Visando dar suporte, o governo começou a construir a execução de ações para  
121 todos os órgãos do Estado. A SEJU entra como Coordenadora, junto à Secretaria de Assuntos  
122 Estratégicos. Públicos-alvo :- Vulnerabilidade social e altos índices de criminalidade. ° Quem  
123 articula a rede – Estado – Municípios – Ministério Público – Exército – Igrejas – Conselhos –  
124 União – órgão Estaduais - Associações Comerciais e outros. Foram definidos eixos focados nos  
125 principais problemas(saneamento, parques, lixo, drogadição, falta de documentação,  
126 educação, trabalho e renda). ° Quem se envolve – Gestores Municipais. ° Diagnósticos – Mapa  
127 do crime, levantamento dos comandantes UPS – Arvore da atitude . ° Problemas – Áreas de  
128 invasão – lixo – crianças fora da escola – gravidez na adolescência – álcool e drogas –  
129 construção abandonadas. ° Identificador dos aparelhos sociais – Trabalhar com a árvore da  
130 atitude(bilhetes) círculo do diálogo. A população reclama de falta de comida, trabalho, saúde,  
131 moradia, respeito, preservar o meio ambiente, sem se preocupar com os problemas de  
132 segurança já que os traficantes doam cestas básicas. Foi esclarecido que esse programa atua  
133 em três grandes ações:- feiras de serviços, ações continuadas e mobilizações de cidadania. °  
134 Órgãos Federais envolvidos:- PRONATEC – CEF – Universidades – FIEP. ° Resultados Obtidos –  
135 Ao longo de dois anos as feiras de serviços atenderam 6 mil pessoas. A Sanepar focou  
136 bastante no saneamento, cadastrando 95% da população na tarifa da água, o mesmo  
137 acontecendo com a Copel. ° Ações Voltadas para contraturno:- domingo da família – Plano de  
138 atendimento – CELEPAR Detran (educação para o trânsito), Comunicação Social. ° Outras  
139 Secretarias – Cultura, SEDS (capacitação de Conselheiros Titulares), COHAPAR (regularização  
140 de terrenos) – PUC – UEL e outras universidades envolvidas. Recebido o prêmio Ser Humano –  
141 PR – Selo ODM. Pedindo a palavra, a Conselheira Vice-presidente Inês Roseli cumprimentou  
142 pela iniciativa do trabalho, exaltando a importância dessa ação. Exemplificou que na APAE de  
143 Francisco Beltrão, através de uma iniciativa do Coronel Samir, os policiais militares deixaram  
144 seus quartéis e muita coisa mudou no que se refere ao atendimento de pessoas com  
145 deficiência. Compartilhando, a Coordenadora da PSB/SEDS Gladys Tortato informou que em  
146 2012 junto com a SESP e Planejamento, fez-se uma ampla discussão sobre o Paraná Seguro,  
147 pois o objetivo precípua era diminuir a marginalidade da faixa etária de 15 a 29 anos. Assim,  
148 resgatar essa integração no seu tempo, a Conselheira Iva Sandra F. De Moraes (SEAB) chamou  
149 a atenção para a importância dos Programas Intersetoriais, alinhar ações e parcerias, é uma das  
150 atribuições da CAISAN/PR – Câmara Governamental Intersetorial de Segurança Alimentar e  
151 Nutricional – CAISAN/PR). Alinhar as ações e firmar parcerias. A visitante Gorete(TJ) apontou  
152 que deve melhorar as boas ações do passado e contar com a participação da SEDS e desse  
153 conceituado Colegiado. ° Relatos da Comissão – ° **Comissão de Financiamento e**  
154 **Gerenciamento do Fundo – Relator: - Rubens Marcon . 1.1 Ofício nº 022/2015 da SMAS**  
155 **de Espigão Alto do Iguaçu.** O município de Espigão Alto do Iguaçu, encaminha o Ofício nº 022/2015,  
156 em resposta ao Ofício nº 051/2015 – CEAS, justificando que o Plano de Ação de Piso Paranaense de  
157 Assistência Social não havia sido aprovado dentro do prazo, porque o município não tinha senha do  
158 sistema, mas o mesmo já foi devidamente aprovado pelo CMAS. **Parecer da Comissão: CIENTE.**  
159 **Parecer do CEAS: CIENTE. 1.2 Ofício nº 149/2015 da SMAS de Santa Maria do Oeste.** O  
160 município de Santa Maria do Oeste, encaminha o Ofício nº 149/2015, em resposta ao Ofício nº 058/2015  
161 – CEAS, justificando que o Plano de Ação de Piso Paranaense de Assistência Social não havia sido  
162 aprovado dentro do prazo, porque o município não tinha senha do sistema, mas o mesmo já  
163 foi devidamente aprovado pelo CMAS. **Parecer da Comissão: CIENTE. Parecer do CEAS: CIENTE. 1.3**  
164 **Aprovação do Demonstrativo Sintético de Execução Físico Financeira 2014.** A técnica Marcela  
165 Evangelista apresentou o Demonstrativo Sintético de Execução Físico Financeira de 2014. **Parecer da**  
166 **Comissão: APROVADO.** ° **Apreciação do Demonstrativo Sintético de Execução Físico-**  
167 **Financeiro 2014 - Técnica Marcela Evangelista.** No seu intróito, a técnica Marcela narrou  
168 todas as problemáticas enfrentadas, tais como inconsistência do sistema que não abria, a  
169 necessidade da deliberação e consequente aprovação do Conselho. Por outro lado, o Fundo  
170 Nacional determinou o prazo final fixado em 31/05 de forma improrrogável. Diante disso,  
171 houve necessidade premente de antecipar a Assembleia do CEAS/PR para presente data,  
172 motivo pelo qual agradeceu o comprometimento do quórum. ° Apresentação da Planilha em

173 tela, com discussões pontuais e análise das prioridades. Após dirimidas todas as dúvidas, a  
174 apresentação foi considerada suficiente e o demonstrativo sintético foi Aprovado. A deliberação  
175 saíra com o número da ata, data e listagem dos conselheiros presentes. Ao final, o Conselheiro  
176 Rubens Marcon( Recanto Espírita Somos Todos Irmãos – Regional Maringá) agradeceu todos o  
177 empenho da técnica Marcela Evangelista, solicitando o envio das tabelas do demonstrativo por  
178 e-mail para os conselheiros. **Parecer do CEAS: APROVADO. 1.4 Panorama Plano de Ação PPAS**  
179 **2015.** A técnica Marcela Evangelista apresentou relatório da Gerência de Fundos com o panorama dos  
180 Planos de Ação do PPAS 2015. Cinco municípios ainda não finalizaram o processo em sua totalidade,  
181 sendo Cerro Azul, Contenda, Doutor Ulysses, Tunas do Paraná e Guaraqueçaba. **Parecer da Comissão:**  
182 **Enviar ofício do CEAS aos cinco municípios, solicitando que o Plano de Ação PPAS 2015 seja**  
183 **totalmente finalizado no sistema até 30/06/2015, impreterivelmente. Parecer do CEAS:**  
184 **APROVADO. 1.5 Análise dos repasses de Setembro/2013 à Dezembro/2014 do Piso**  
185 **Paranaense de Assistência Social I, referentes ao Fundo Municipal de Assistência Social de**  
186 **Doutor Ulysses.** A técnica Marcela Evangelista apresentou relato da Gerência de Fundos, de que o  
187 município de Doutor Ulysses não apresentou até a presente data, o Plano de Ação do PPAS 2013-2014.  
188 **Parecer da Comissão: Enviar ofício do CEAS ao município, solicitando que o Plano de Ação**  
189 **PPAS 2013-2014, seja enviado à SEDS/Gerência de Fundos, devidamente aprovado pelo CMAS,**  
190 **até 30/06/2015, impreterivelmente. O ER de Curitiba deverá acompanhar o processo de**  
191 **preenchimento do Plano de Ação do PPAS 2013-2014, apresentando relatório ao CEAS na**  
192 **reunião de Julho/2015. Parecer do CEAS: APROVADO. 1.6 Prorrogação da utilização do recurso**  
193 **FEAS – Calamidade Pública 2014 do Município de Foz do Iguaçu – Protocolo nº** O município de  
194 Foz do Iguaçu, através do Ofício nº 2672/DPGSUAS/SMAS de 14/04/2015 e 7129/2014 solicita a  
195 manutenção do recurso em conta corrente, referente à Calamidade Pública 2014, para utilização em  
196 2015, tendo em vista que tomaram conhecimento do recurso em Setembro/2014, e que após várias  
197 tentativas de orçamento e procedimentos de dispensa de licitação, não obtiveram êxito na execução dos  
198 recursos. O município foi contemplado com recursos de Calamidade Pública de 2014, conforme Del.  
199 051/2014 – CEAS, tendo sido reconhecida a situação de emergência no Decreto Estadual nº 11.303 de  
200 09/06/2014, que previa em seu art. 5º a dispensa de licitação, conforme inciso IV do art. 24 da Lei nº  
201 8.666/93, e em seu art. 6º que o vigência do Decreto era de 180 dias da data de sua publicação. Sendo  
202 assim, a situação de emergência encerrou-se em 09/12/2014. **Parecer da Comissão: O município tem**  
203 **prazo até 30/06/2015 para executar o recurso ou proceder a devolução do mesmo**  
204 **devidamente corrigido, e prestar contas até 31/07/2015. A eventual execução do recurso**  
205 **deverá obedecer os critérios estabelecidos na Del. 051/2014 - CEAS, e obedecer à Lei de**  
206 **Licitações. Parecer do CEAS: FICA APROVADO POR MAIORIA APENAS A PRORROGAÇÃO DE**  
207 **EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS NÃO SENDO PERMITADA A MANUTENÇÃO DO RECURSO**  
208 **EM CONTA APÓS O PRAZO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS.** Nesse momento, as atenções se  
209 voltaram para o Conselheiro Artur dos Santos Andrade (NASA – Foz do Iguaçu):- esse, de  
210 forma enfática, ressaltou que o CEAS/PR necessita chamar a atenção dos municípios que não  
211 cumprem a legislação, no que se refere à utilização de recursos destinados à calamidades.  
212 Solicitou que o colegiado não estenda o prazo para Foz do Iguaçu, município que não cumpre  
213 as determinações, não merecendo pois que seja relevado. Segundo ele, recursos precisam ser  
214 utilizados e não permanecer em contas bancárias enquanto a população está em sofrimento.  
215 Diante dessa situação, a Vice-Presidente Inês Roseli reconheceu que o Conselheiro Artur traz a  
216 sua realidade porém deve-se pensar na análise que a Comissão já fez, designados oficialmente  
217 para tal. Externou desejar que se registrasse em Ata, o fato de se abster de votar, por  
218 respeitar a ação da Comissão, bem como a manifestação do Conselheiro Artur. Segundo o  
219 Presidente Leandro Meller (SEDS), o Conselheiro Artur pautou a sua manifestação, quanto à  
220 agilidade e eficiência da aplicação dos recursos em Foz do Iguaçu. Já a Conselheira Andréia  
221 (CRESS) lembrou que existem outros municípios que detém prazos até 30/06. Assim, manter  
222 o mesmo prazo para todos. Foi a vez do Presidente Leandro relatar que nem todos os municípios  
223 executaram as suas ações, e alguns só prestaram contas, outros só solicitaram prorrogação e  
224 muitos devolveram o recurso. Assim, avaliou-se como positivo só prorrogar o prazo, depois de  
225 solicitado. Atento a questão exposta, o Conselheiro José Araújo da Silva (Pastoral da Pessoa  
226 Idosa) considerou que trata-se de uma situação complicada e o CEAS tem uma lógica nesse  
227 processo. Citou que entende e apoia a fala do Conselheiro Artur que vive a situação do seu  
228 município, porém ele deveria ter abastecido a Comissão com esses dados. Solicitou que a  
229 questão fosse melhor debatida, acompanhando pois a Comissão. Esclareceu melhor a  
230 Conselheira Elenice, Coordenadora da PSE/SEDS, informando que ao receber essa solicitação,  
231 falou com o Conselheiro Artur por telefone. O Escritório Regional ficou dividido mas apesar das  
232 crises, colocou positivo. Muitos municípios solicitaram, aqueles que possuem grandes saldos

233 parados, não só do FEAS mas também do Nacional, devido a problemas de gestão ou não.  
234 Relatou o Conselheiro presidente Leandro ter consultado os integrantes da comissão e Foz do  
235 Iguaçu solicita manter esse recursos na conta, a serem aplicados numa próxima calamidade.  
236 Caso não sejam gastos, terão de ser devolvidos até 31/07, corrigidos. A questão foi votada e  
237 é constante do relatório da Comissão. ° Intervalo para o almoço. ° Retomada dos  
238 trabalhos as 14h 00, ° Comissão Temporária de Organização da conferência – Secretaria  
239 Executiva Helena – Abriu-se na tela uma tabela e os itens foram discutidos paulatinamente, 1)  
240 **Ofício nº08/2015/CNAS/MDS: retorno do Ofício nº022/2015 CEAS/PR:** A Secretaria Executiva  
241 apresentou o retorno do Ofício do CNAS, em que colocam que a data da Conferência Nacional não será  
242 alterada. **Parecer da Comissão:** Encaminhar ofício ao CNAS questionando sobre o que será custeado  
243 aos delegados para a Conferência Nacional. O Conselheiro Leandro apresentará o Termo de Referência da  
244 Conferência Estadual na plenária. **Parecer do CEAS: APROVADO O ENVIO DE OFÍCIO E CIENTE DO**  
245 **TERMO DE REFERÊNCIA. 2) Inclusão de Pauta: retorno da Professora Abigail Torres:** A  
246 professora Abigail Torres sinalizou positivamente em relação a sua participação, enquanto  
247 palestrante, da XI Conferência Estadual de Assistência Social. **Parecer da Comissão: Ciente. Parecer**  
248 **do CEAS: CIENTE.** Observações – O Conselho encaminhará modelos de palestras para os  
249 Conselheiros que forem convidados. Os Titulares e Suplentes serão considerados delegados  
250 natos. ° Comissão de Documentação e rede socioassistencial - Relatora:- Conselheira  
251 Lorena(COHAPAR) 2.1. Protocolado nº13.505.545-0: Minuta de Deliberação sobre os fluxos  
252 de recursos das Entidades no CEAS/PR. Relatório: A comissão tomou conhecimento da minuta de  
253 Deliberação sobre fluxos de recursos das Entidades, e dentre as propostas, citamos algumas: cabe ao  
254 CEAS a natureza subsidiária, não podendo suprimir unilateralmente a autonomia própria de qualquer  
255 CMAS para disciplinar e fiscalizar as inscrições a ele submetidas; de caráter modificativo ou de mera  
256 orientação, mediante autorização prévia e expressa do CMAS; submeter a proposta de Deliberação à  
257 consulta pública a todos os CMAS do PR. Contudo, também retomou a proposta já analisada pelo  
258 Comissão. **Parecer:** Diante das referidas propostas, a comissão aprovou com as devidas alterações, a  
259 proposta de Deliberação apresentada anteriormente pela Assessoria Técnica da SEDS, dado a  
260 objetividade, praticidade, bem como a similaridade entre ambas. Alterações a serem realizadas: a) onde  
261 se lê art. art. 3º leia-se art. 5º. b) onde se lê art. art. 4º leia-se art. 6º c) No art. art. 5º, no §3º, excluir a  
262 colocação "uma única vez" e alterar o prazo de 10 para 15 dias. **Parecer do CEAS: Aprovada a**  
263 **proposta elaborada anterior ao pedido de vistas devendo ser realizada as correções sugerida**  
264 **pela comissão. 2.2. Para conhecimento: Ofício nº039/2015/CNAS: Encaminha relatório das**  
265 **Entidades do PR certificadas ou certificados válidos no exercício de 2014. Relatório:** a comissão  
266 tomou conhecimento do Ofício nº039/2015/CNAS, o qual cita que o Estado do Paraná encontra-se sem  
267 pendências e não houve cancelamento da certificação de nenhuma entidade do Estado. **Parecer:** a  
268 comissão tomou conhecimento e solicita a Secretaria Executiva do CEAS o encaminhamento da lista  
269 publicada no Diário Oficial das Entidades certificadas, aos Escritórios Regionais da SEDS e CMAS para  
270 conhecimento. **Parecer do CEAS: APROVADO. ° Comissão de Políticas Sociais – Relatora:-**  
271 **Conselheira Dionéia. 3.1. Pauta Permanente: Panorama de pagamento do Renda Família Paranaense.**  
272 **Relato:** A técnica Michele, da UTPFP, apresentou o Panorama de pagamento do Renda Família Paranaense,  
273 sendo que, no mês de maio, foram 92.417 famílias beneficiadas, totalizando R\$2.829.952,00 em  
274 benefício. **Parecer da Comissão: Ciente. Parecer do CEAS: Ciente. 3.2. Pauta Permanente: Panorama de**  
275 **pagamento do Incentivo Família Paranaense. Relato:** A técnica Paula, da UTPFP, informa que, referente à  
276 primeira parcela do Incentivo Família Paranaense, 94 municípios já receberam; 01 está em análise para  
277 pagamento, 03 municípios estão aguardando correções de documentação e 03 municípios ainda não  
278 enviaram documentação para adesão. Referente à segunda parcela do Incentivo, dos 94 municípios que  
279 receberam a primeira parcela, 73 enviaram a prestação de contas para receber a segunda parcela.  
280 Destes, 44 estão aguardando correção e envio de documentação complementar, 17 foram pagos, 12  
281 estão em análise da prestação de contas no setor financeiro da SEDS. Os municípios que ainda não  
282 receberam as respectivas parcelas, devem se atentar ao cumprimento dos critérios da deliberação  
283 042/13 CEAS para o recebimento de cada parcela. **Parecer da Comissão: Ciente. Parecer do CEAS:**  
284 **Ciente. 3.3. Pauta Permanente: Programa Luz Fraterna. Relato:** A técnica Michele, da UTPFP, apresentou  
285 o panorama do Programa Luz Fraterna, sendo um total de 201736 beneficiários, totalizando  
286 R\$10.980.448,98 em investimento no programa até o mês de abril de 2015. **Parecer da Comissão:**  
287 **Ciente. Parecer do CEAS: Ciente. 3.4. Deliberação sobre Acolhimento Institucional em Situações**  
288 **Excepcionais. Relato:** A CPSE apresentou a necessidade de aprovação de deliberação para o repasse de  
289 recursos através de convênio no valor de R\$2.360,00 mensais per capita, para municípios que possuam  
290 serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes com vínculos familiares rompidos ou  
291 fragilizados. A minuta de deliberação apresenta os seguintes critérios: determinação de tutela para o  
292 Estado após esgotadas todas as alegações técnicas e legais; obedecer a região de origem da criança ou  
293 adolescente, favorecendo a convivência familiar e comunitária; atender à preferencialmente municípios  
294 de pequeno porte I e II. **Parecer da Comissão: Aprova a minuta de Deliberação. Parecer do CEAS:**

295 Aprovado o parecer da comissão. 3.5. Protocolo 13.537.746-5: Denúncia sobre irregularidade na  
296 utilização do Piso Básico Fixo – PBFI para o cofinanciamento do PAIF no Município de Carambeí. Relato:  
297 Segundo denúncia recebida pela ouvidoria, o município teria utilizado do Piso Básico Fixo, destinado à  
298 execução do PAIF, para custeio de ação do SCFV. O ER/SEDS de Ponta grossa realizou reunião técnica  
299 com a gestão do município, orientando o mesmo sobre a correta utilização dos recursos, bem como  
300 encaminhou para conhecimento e informação do CMAS a situação ora denunciada. O município se  
301 comprometeu em restituir o fundo municipal com relação aos recursos já utilizados, e providenciará o  
302 aditivo de contrato para o pagamento do SCFV com recursos próprios do município. Parecer da Comissão:  
303 Ciente. Recomenda envio da informação técnica 163/2015/CPSB/SEDS para resposta à denunciante. A  
304 comissão sugere envio de correspondência ao CMAS de Carambeí, orientando sobre o papel do CMAS no  
305 processo de fiscalização e acompanhamento da utilização dos recursos. Parecer do CEAS: Aprova o  
306 parecer da comissão. Solicita ao CMAS de Carambeí que defina um prazo ao Gestor para o devido  
307 ressarcimento supracitado. 3.6. Protocolo 11.449.058-0: Solicitação de alteração de projeto para a  
308 construção de CRAS no Município de Castro. Relato: O município foi contemplado pela deliberação nº  
309 015/2011, para construção de CRAS, e apresenta solicitação de alteração do projeto de execução para  
310 implantação do equipamento social no Distrito do Socavão, sugerindo que a entrada seja realizada pela  
311 avenida Theófilo de Castro, e não pela rua Calógeras. O CMAS emitiu resolução manifestando-se  
312 favorável à alteração do projeto e O ER/SEDS de Ponta grossa emitiu parecer favorável à solicitação do  
313 município. A DEO/SEDS manifesta-se contrária à simples rotação, sugerindo que haja a alteração do  
314 projeto e a CSPB/SEDS recomenda o atendimento da solicitação do município, considerando a  
315 acessibilidade dos usuários do equipamento social e considerando, ainda as atuais condições das vias  
316 existentes no território. Parecer da Comissão: Recomenda o atendimento da solicitação do Município de  
317 Castro. Parecer do CEAS: aprovado. 3.7. Panorama das adesões dos municípios prioritários. A técnica  
318 Paula, da UTPFP, informa que, foi enviado aos Escritórios Regionais da SEDS os Termos de Compromissos  
319 com as novas metas de inclusão de famílias dos 156 municípios prioritários para assinatura dos Prefeitos.  
320 Os mesmos deverão retornar assinados à UTPFP até o dia 12/06. Neste Termo constam as novas metas  
321 de famílias, que foram estabelecidas de acordo com o número de famílias em acompanhamento de cada  
322 município, podendo ser zero, 20 (vinte) ou 40 (quarenta). Destacamos que será informado aos  
323 municípios os procedimentos formais de desligamento das famílias que atingirem as condicionalidades de  
324 acompanhamento do Programa (após o acompanhamento de 02 anos). Informa ainda, que o município  
325 de Renascença justificou por e-mail que no momento não fará adesão ao Programa na modalidade  
326 prioritário, pois está com equipe reduzida na Política de Assistência Social. O mesmo foi substituído pelo  
327 município de Marilândia do Sul, conforme prevê Deliberação 98/2014 que aprova a expansão dos  
328 municípios prioritários do Programa. A Unidade Técnica também informa, que será iniciado junto aos Ers,  
329 brevemente, o procedimento de assinatura com os municípios de Adesão Espontânea. Parecer da  
330 Comissão: Ciente. Parecer do CEAS: Ciente. INCLUSÕES DE PAUTA. 3.8. Apreciação do termo de adesão  
331 do Incentivo Família Paranaense II. Relato: A comissão analisou o conteúdo do Termo de Adesão para  
332 que os 56 municípios prioritários do Programa Família Paranaense possam fazer a adesão ao Incentivo  
333 Família Paranaense II, sendo que o mesmo apresenta as condições de acesso e execução do recurso.  
334 Parecer da Comissão: Aprova a Minuta do Termo de Adesão apresentada. Parecer do CEAS: Aprovado.  
335 3.9. Alteração da Deliberação nº 028/2015/CEAS/PR. Relato: A técnica Paula, da UTPFP, informa que na  
336 deliberação nº 028/2015 do CEAS consta o prazo de envio dos documentos referentes à de Adesão ao  
337 Incentivo Família Paranaense II pelos municípios prioritários do PFPR, sendo: 22/05 para envio pelos  
338 Municípios ao ER/SEDS; e 10/06 para envio pelos ERs à UTFPR. Em razão de processos burocráticos, se  
339 faz necessária a alteração da data para 22/06 para os Municípios; e 30/06 os Ers. Parecer da Comissão:  
340 Aprova a alteração do Prazo. Parecer do CEAS: Aprovado. **° Comissão de Comunicação,**  
341 **articulação e Mobilização – Relatos:- Conselheiro Artur. 4.1 Pauta Permanente:**  
342 **Educação Permanente do SUAS.** Jossiani informou que o Núcleo Estadual de Educação Permanente do  
343 SUAS – NEEP, está na fase de finalização da minuta do Regimento Interno, posteriormente será  
344 encaminhado para análise Núcleo Jurídico da Administração; Também informou que o CapacitaSUAS I  
345 está em fase de prestação de contas e a UEPG está com previsão de receber a Movimentação de Crédito  
346 Orçamentário – MCO neste mês; CapacitaSUAS II está em fase de prorrogação que foi deliberado na  
347 penúltima reunião do CEAS. **Parecer da Comissão:** Ciente. **Parecer do CEAS:** ciente. **4.2 Pauta**  
348 **Permanente:** Vigilância Socioassistencial. Conselheiro Artur, retomou as questões relacionadas aos  
349 cadernos informativos das Coordenações (Notas Técnicas), solicitando apresentação na próxima reunião  
350 ordinária do CEAS. **Parecer da Comissão:** Ciente e favorável a solicitação apresentada. **Parecer do**  
351 **CEAS:** aprovado o parecer da comissão. **4.3 Panorama CNEAS e Censo SUAS:** Jossiani em nome da  
352 Coordenadora Tatiana Possa, parabeniza as Coordenações de Proteção Social Básica e Especial, bem  
353 como os conselheiros, em seu empenho e mobilização para o preenchimento dos Censo 2014. Godofredo  
354 apresentou os seguintes Panoramas: Censo 2014, onde o preenchimento teve uma adesão significativa,  
355 quase 100%. Conselheiro Artur parabeniza a Coordenação da Gestão do SUAS pelo esforço e  
356 monitoramento do Censo 2014; Panorama do CNEAS e reforçou a importância do preenchimento correto  
357 das informações referente as entidades para que o mapeamento seja concluído. **Parecer da Comissão:**

358 Ciente. **Parecer do CEAS: Ciente. 4.4 Inclusão de Pauta Panorama Demonstrativo 2014:**  
359 Demonstrativo 2014, para conhecimento e sensibilização do preenchimento dos gestores e aprovação dos  
360 CMAS visto que o prazo de encerramento é no final do mês de maio 2015 e não haverá prorrogação.  
361 Sugestão da Coordenação da Gestão do SUAS é que o Demonstrativo seja concluído, mesmo que as  
362 informações apresentem inconsistências. Justificamos que as correções podem acontecer a qualquer  
363 momento, porém o preenchimento não, só até o dia 31/05/15.

364 **Parecer da Comissão:** Ciente. Parecer do CEAS: Ciente. Com comprometimento dos  
365 conselheiros da sociedade civil, Ers e CMAS em estar solicitando aos municípios atenção ao  
366 prazo estabelecido para o preenchimento do documento. Em dado momento, a Vice-presidente  
367 Inês Roseli, fez uma referência ao Conselheiro Nircélio Zabo, que coordenou a área de Renda  
368 e Cidadania na SEDS. Atualmente prepara-se para a sua aposentadoria, recebendo perenes  
369 agradecimentos pelas efetivas contribuições dadas, como grande companheiro inteiramente  
370 dedicado à construção das Políticas Públicas. **° Comissão de Acompanhamento aos CMAS**  
371 **- Helena Navarro Gimenez : - 5.1 Ofício nº01/2015 do CMAS de Formosa do Oeste:** O CMAS  
372 encaminhou as documentações solicitadas pelo CEAS, em análise foi possível constatar: a) A Lei de  
373 criação do Conselho é de 1995 e não possui atualizações. b) Consta paridade e proporcionalidade na  
374 composição do Conselho. c) O Secretário Executivo consta como membro da diretoria. d) Encaminharam  
375 Decreto de nomeação da Secretária Executiva. e) Encaminharam Ata de março e setembro/2014, bem  
376 como Ata de Fevereiro de 2015. **Parecer da Comissão:** Orientar o município quanto à necessidade de  
377 atualização da Lei e da periodicidade das reuniões, conforme Art. 19 da sua Lei de criação. **Parecer do**  
378 **CEAS: Aprovado. 5.2 Ofício nº05/2015 do CMAS de São Miguel do Iguçu:** O CMAS encaminhou  
379 as documentações solicitadas pelo CEAS, em análise foi possível constatar: a) A Lei de criação é de 1995  
380 e não possui atualizações. b) A Lei dispõe que o Conselho será constituído por representantes  
381 governamentais e usuários, com paridade. c) O Secretária Executiva compõe a Mesa diretora, conforme  
382 Lei de criação. d) o Decreto de nomeação contém representantes da sociedade civil do trabalhadores e  
383 entidades. e) Encaminharam Atas das reuniões dos últimos meses. f) Encaminharam Portaria com a  
384 nomeação da Secretária Executiva do Conselho. **Parecer da Comissão:** Orientar quanto a alteração da  
385 Lei, incluindo os representantes dos três segmentos na Lei e na composição do Conselho. **Parecer do**  
386 **CEAS: Aprovado. 5.3 Ofício nº002/2015 do CMAS de Rancho Alegre do Oeste:** O Município  
387 encaminhou o Balancete do FMAS, em análise foi possível constatar despesas que não são compatíveis  
388 com o FMAS, como material farmacológico, material de copa e cozinha, uniformes e tecidos, pagamento  
389 de conselheiro tutelar, etc. **Parecer da Comissão:** Orientar o município quanto ao remanejamento de  
390 recursos do Fundo Municipal. **Parecer do CEAS: Aprovado. 5.4 documentações do CMAS de Farol:**  
391 O município encaminhou cópia da Lei e do Decreto de nomeação dos conselheiros. Em análise foi possível  
392 observar: a) A Lei de criação foi publicada em 1995 e não houveram atualizações. A composição do  
393 Conselho é apenas de 4 membros, sendo 2 governamentais e 2 da sociedade civil. b) O Decreto de  
394 nomeação nomeia 4 conselheiros governamentais e 4 conselheiros não governamentais, sendo que em  
395 relação aos não gov. Não há especificação quanto ao segmento. **Parecer da Comissão:** Encaminhar  
396 Resolução 237/2006 do CNAS que orienta sobre o funcionamento dos Conselhos, solicitar  
397 esclarecimentos quanto à representação dos conselheiros da sociedade civil. **Parecer do CEAS:**  
398 **Aprovado. 5.5 Ofício nº02/2015 do CMAS de Iretama:** O município encaminhou as documentações  
399 solicitadas pelo CEAS/PR. Em análise, foi possível verificar: a) Readequaram a Ato de nomeação dos  
400 conselheiros, no entanto, observou-se que não há proporcionalidade entre os segmentos da sociedade  
401 civil. b) Encaminharam o Demonstrativo de Despesa e foi possível observar os blocos de financiamento  
402 por Proteção Social Básica e Especial. **Parecer da Comissão:** Orientar quanto à proporcionalidade dos  
403 conselheiros da sociedade civil. **Parecer do CEAS: Aprovado. 5.6 Ofício nº008/2015 do CMAS de**  
404 **Nova Tebas:** O município encaminhou cópia do demonstrativo de despesa e informaram que o  
405 pagamento de conselheiro tutelar foi alocado nas despesas próprias do município, encaminharam  
406 também o decreto municipal que altera a composição do Conselho. O município não encaminhou o  
407 Balancete do Fundo e no Decreto constam representantes da Associação Comercial e do Sindicato dos  
408 Trabalhadores Rurais no Conselho. **Parecer da Comissão:** Orientar sobre a composição do Conselho,  
409 com as Entidades e trabalhadores que podem compor. **Parecer do CEAS: Aprovado. 5.7 Inclusão de**  
410 **Pauta: Ofício nº001/2015 do CMAS de Tupãssi:** O CMAS de Tupãssi encaminhou as documentações  
411 solicitadas, em análise foi possível constatar: a) A Lei de criação do Conselho é de 1995. b)  
412 Encaminharam Decreto de nomeação publicado em 2015, estão nomeados representantes do Sindicato  
413 dos Trabalhadores Rurais. c) Encaminharam Ata de Janeiro, Fevereiro e Março de 2015. d) Encaminharam  
414 Portaria designando Secretária Executiva do Conselho. **Parecer da Comissão:** Orientar que o CMAS  
415 consulte a Assessoria Jurídica do município em relação à publicação tardia do Decreto de nomeação, de  
416 modo que as deliberações anteriores ao Decreto não fiquem prejudicadas. **Parecer do CEAS: Aprovado.**  
417 **5.8 Inclusão de Pauta: Ofício nº04/2015 do CMAS de Assis Chateaubriand:** O CMAS encaminhou  
418 as documentações encaminhadas pelo Conselho, em análise foi possível constatar: a) A Lei de criação do  
419 Conselho foi alterada em 2014. b) Encaminharam uma Ata do mês de Janeiro e duas do mês de  
420 Fevereiro. c) Encaminharam Decreto de nomeação: Foi nomeado um representante do INSS (a qual não

421 consta na Lei); Há proporcionalidade entre os segmentos da sociedade civil, porém, não há especificação  
422 quanto à Entidade que cada Conselheiro representa. **Parecer da Comissão:** Orientar quanto a  
423 irregularidade do INSS compor o Conselho, por ser um órgão federal. É necessário também adequar o  
424 Decreto incluindo a Entidade que cada conselheiro representa. **Parecer do CEAS: Aprovado. 5.9:**  
425 **Inclusão de Pauta: Ofício 003/2015 do CMAS de Guairá:** O CMAS encaminhou as documentações  
426 solicitadas pelo CEAS, em análise foi possível constatar: a) Foi encaminhada a Lei de criação do Conselho  
427 de 1995 e a sua proposta de alteração que já está tramitando no município. b) Foram encaminhadas as  
428 Atas de Fevereiro, Abril e Maio/2015. c) foi encaminhado Decreto de nomeação de conselheiros, onde há  
429 representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Associação de Aposentados, bem como  
430 representante da Defesa do Conselho do Idoso. **Parecer da Comissão:** Orientar sobre a composição do  
431 Conselho, e encaminhar Resolução do CNAS que orienta sobre os trabalhadores do setor. **Parecer do**  
432 **CEAS: Aprovado. 5.10: Inclusão de Pauta: Ofício nº01/2015 do CMAS de Maripá:** O CMAS de  
433 Maripá encaminhou as documentações solicitadas pelo CEAS, em análise foi possível constatar: a) A Lei  
434 de Criação do Conselho foi alterada em 2005. b) Encaminharam Decreto de nomeação dos conselheiros,  
435 sem representantes de Entidades e sem proporcionalidade entre os segmentos da sociedade civil. c)  
436 Encaminharam as Atas de março, abril e maio de 2015. d) Encaminharam Portaria nomeando Secretária  
437 Executiva do Conselho. **Parecer da Comissão:** Orientar quanto a composição e necessidade de  
438 proporcionalidade entre os segmentos da sociedade civil no Conselho. **Parecer do CEAS: Aprovado.**  
439 **5.11 Inclusão de Pauta: Ofício nº001/2015 do CMAS de Itaipulândia:** O CMAS encaminhou as  
440 documentações, em análise foi possível observar que: a) A Lei do CMAS é de 1996. b) A Lei dispõe que o  
441 Conselho será composto por 4 representantes governamentais e 4 não. Gov, sendo esses últimos  
442 representantes das Entidades dos Usuários. c) O Decreto de nomeação consta paridade de nomeação, e  
443 representantes de Entidades e Trabalhadores (mesmo constatando somente usuário na Lei). Consta como  
444 representantes de Entidades religiosas no Conselho. d) Encaminharam as Atas de Fevereiro, Março e Abril  
445 de 2015. e) Encaminharam Ata que aprova a indicação da Secretária Executiva. f) Dúvidas: último  
446 processo eleitoral da sociedade civil (na Ata consta uma apresentação dos novos conselheiros  
447 reconduzidos), e alternância da presidência e vice do Conselho). **Parecer da Comissão:** Orientar quanto  
448 à composição e proporcionalidade, e que pessoa jurídica caracterizada como organização religiosa não  
449 podem compor o Conselho, apenas os seus Serviços, Programas e Projetos podem ser inscritos. Solicitar  
450 esclarecimentos quanto à recondução dos conselheiros da sociedade civil e alternância da Presidência e  
451 Vice-Presidência no Conselho. **Parecer do CEAS: APROVADO. 5.12 Inclusão de Pauta: Solicitação**  
452 **de acompanhamento do CMAS de Boa Vista da Aparecida: Parecer da Comissão:** De acordo com  
453 informações extraoficiais trazidas pelos conselheiros do CEAS, a Comissão solicita o acompanhamento  
454 junto ao CMAS, solicitando as seguintes documentações: a) cópia da Lei de criação do Conselho. b) Seis  
455 últimas Atas das reuniões. c) cópia do Balancete do Fundo. d) Decreto de nomeação dos conselheiros. e)  
456 questionar se o Conselho tem apreciado e deliberado as matérias do Fundo. **Parecer do CEAS:**  
457 **Aprovado devendo ser solicitado a UTPFP informações sobre o repasse do Incentivo a ser**  
458 **pautado na comissão de políticas sociais e que seja aprofundada as demandas de capacitação**  
459 **para o programa na comissão de comunicação, articulação e mobilização.** A técnica Paula  
460 (Programa Família Paranaense) repassou informações sobre o cronograma de capacitação do  
461 Programa Família Paranaense, informando que no momento há dois processos em tramitação,  
462 um processo é referente aos recursos do BID e o outro está atrelado ao Núcleo Estadual de  
463 Capacitação Permanente, onde está sendo consolidada uma proposta de trabalho envolvendo  
464 todos os municípios do Programa. A execução das capacitações dependem de processos  
465 internos de planejamento e licitação. **° Informes Gerais – Relato da Reunião Sul E**  
466 **Sudeste do CNAS, em Belo Horizonte.** Participação do Conselheiros Artur, Inês Roseli,  
467 Leandro, Teresinha Wolff, Gladys, secretária executiva Helena e Secretária executiva do CMAS  
468 de Curitiba-PR, aliás o único município presente além de Bele Horizonte. O conselheiro Artur  
469 compareceu representando os usuários, garantindo que o Paraná permanece à frente porque  
470 no Conselho a Sociedade Civil trabalha unida. Destacou a Conselheira Terezinha Maria Wolff  
471 (Sind. Dos Assistentes Sociais do Paraná – Regional de Paranavaí), que todos foram muito  
472 bem recebidos nesse evento, compreendendo que o Paraná está mesmo anos luz à frente de  
473 Minas Gerais. Expondo o seu parecer com franqueza, a Secretaria Executiva Helena Navarro  
474 Gimenez considerou negativo um evento de âmbito nacional perder tempo, discutindo  
475 situações básicas de funcionamento de Conselhos, questões já superadas e que devem ser  
476 debatidas em âmbito Estadual junto aos seus municípios de referência. Digna de apreciação foi  
477 a fala de Simone Albuquerque, que a todos agradou(SNAS). A coordenadora Gladys Tortato  
478 (PSB/SEDS) concordou que o Estado do Paraná encontra-se mesmo a frente nessas  
479 atividades, novas informações sobre as Conferências não aconteceram e a Conselheira alertou  
480 sobre os acontecidos na Conferência passada; estranhando a ausência do Rio de Janeiro no  
481 evento. No foco da discussão, a Conselheira Vice-presidente Inês Roseli Tonello considerou

482 relevante a participação desse grupo de Conselheiros do CEAS/PR, num evento de âmbito  
483 Nacional. Experiências novas, conhecimentos ímpares que só crescem e promovem. Na sua  
484 vez, o Presidente Leandro Meller (SEDS) expôs que talvez o CNAS devesse fechar essas pautas  
485 por nível de aprofundamento (básico, intermediário e aprimorado). Entendeu que na verdade,  
486 a reunião teve os seus proveitos. **° Avaliação da Reunião descentralizada do CEAS/PR,  
487 realizada em Foz do Iguaçu** – O Conselheiro Rubens Marcon pontuou que sempre vê os  
488 eventos de forma positiva. Garantiu o Conselheiro que em muito apreciou os deslocamentos  
489 dos governamentais e demais colegas da região; pois o Estado não é só a capital. Parabenizou  
490 a relevância das ações do Conselheiro Artur, junto à municipalidade de Foz do Iguaçu. Muitos  
491 municípios se fizeram presentes naquele evento, assimilando como estruturar as temáticas nas  
492 suas cidades (em torno de 260 participantes). A Conselheira Inês Roseli vice-presidente desse  
493 colegiado, garantiu que ficará na lembrança de todos os esforços dispendidos pelo Conselheiro  
494 Artur, objetivando acolher a todos da melhor forma. Considerou interessante a oportunidade  
495 do CEAS/PR poder ouvir as pessoas, oferecendo-lhes respostas a contento. Na sua vez, o  
496 Conselheiro José Araújo da Silva ( Pastoral da Pessoa Idosa), lamentou não ter podido  
497 comparecer à reunião descentralizada de Foz do Iguaçu, garantindo acreditar muito no  
498 resultado de uma ampliada de Conselhos. O ganho maior é justamente o relacionamento sem  
499 preço, e o fortalecimento do SUAS no Estado. Levando em conta todas essas falas, a  
500 Coordenadora Elenice Malzoni (PSE/SEDS) parabenizou a organização desse evento,  
501 destacando a condução dos trabalhos, a cargo dos conselheiros Presidente e Vice-presidente,  
502 Leandro Meller e Inês Roseli. Realçou o rompimento da lógica das Conferência Regionais e a  
503 necessidade do Conselho ficar atento, para se ter compromisso de devolver algumas  
504 questões. É gratificante ver os municípios participando e a urgência de se estabelecer o quanto  
505 antes alguns processos. Enfim, foi especial! Ao final, a Conselheira Marli Mussulini (SEDS)  
506 também manifestou sua satisfação pelo êxito da descentralizada cujos frutos acabam refletindo  
507 no crescimento do CEAS/PR. **° Inclusões de pauta.** Informado pelo Conselheiro Vanderlei, da  
508 realização do 8º Congresso, evento a ser realizado em Bento Gonçalves – RS, referente ao  
509 Congresso Sul Brasileiro dos Conselhos Tutelares e Municipais dos Direitos de Crianças e  
510 Adolescentes – 12 a 16 de julho/2015. **° Encaminhamentos** – Enviar ofício aos Conselheiros  
511 Suplentes que não fizeram cartão corporativo, dando prazo para que se manifestem em 15  
512 dias – **Aprovado** . **°** Encaminhar uma consulta formal ao Núcleo Jurídico da Administração  
513 sobre ausência dos titulares (EX: no caso do Conselheiro Denis que é Titular, a cadeira no  
514 Conselho está preenchida pela Suplente. Aplica-se o Regimento Interno mesmo com a  
515 Suplente, já que cada um pertence a uma organização. -Aprovado . No momento seguinte, a  
516 Vice-Presidente Inês Roseli Tonello referiu-se à uma reunião na Câmara de Políticas Básicas do  
517 CEDCA, da qual participou. Havia uma solicitação para que esse Conselho (CEAS) elaborasse  
518 um levantamento sobre o Plano Decenal da Criança e do Adolescente. Apontou-se a pauta  
519 levada pela Coordenadora Elenice à Foz do Iguaçu ( Implantação de serviços regionalizados  
520 para crianças e adolescentes, e a indicação para grupo de trabalho. Garantir a convergência,  
521 para que hajam discussões conjuntas. Dar todo o valor ao Plano Decenal, que se apresenta  
522 muito rico. Solicitou que essa demanda seja pauta permanente. Algumas discussões ocorrerem  
523 sobre o monitoramento do plano Decenal que já está ocorrendo. Ao final, a Conselheira Elenice  
524 (PSE/SEDS) comentou sobre a crescente migração de haitianos, que tem a ver com o  
525 acolhimento. Essa grande leva está parando em Araucária e estão sendo recebidos na Vila da  
526 Cidadania (envolvidas as Secretarias de Estado, da Educação, Saúde, Justiça e Provopar) –  
527 420 pessoas chegaram em diversos ônibus. **°** Foi definido que a indicação dos Conselheiros  
528 para participarem do 8º Congresso em Bento Gonçalves, ocorrerá via e-mail. Vencida a  
529 pauta, a mesa Diretora deixou patente os agradecimento dirigidos aos presentes. A presente  
530 Ata foi gravada e redigida por Regina Amasiles Rodrigues Costa, servidora da SEDS, digitada  
531 por Michelly Miranda, sendo a Secretária Executiva Helena Navarro Gimenez.